DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. A CODOMAR tem como atividades a administração, manutenção, construção e melhoria das vias navegáveis portos fluviais e lacustres, por delegação do Governo Federal. Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a partir de 1° de fevereiro de 2001, o Convênio de Delegação n° 016/2000 firmado entre a União e o Estado do Maranhão, delegou a administração do Porto do Itaqui, para a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP. Atualmente, a Companhia exerce a execução de obras para a implantação de terminais hidroviários, além da supervisão administrativa de Hidrovias em diversas localidades, por força de Convênios firmados com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

b) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação aos saldos do Ativo Não Circulante - Imobilizado em poder de terceiros, não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de Auditoria, que nos permitissem concluir sobre a adequação dos mesmos.

c) Não foi elaborada para o exercício de 2011 a análise sobre a recuperação dos valores registrados no Ativo Não Circulante - Imobilizado conforme previsto no pronunciamento CPC n° 01 (Redução de valor recuperável de ativos), visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perda na realização dos fluxos de caixa desses ativos.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer datado de 01 de março de 2011 contém ressalvas com relação a desfalque financeiro ocorrido na administração da Hidrovia da Amazônia Ocidental (AHIMOC). Concomitantemente através de parágrafo de ênfase relatou a divergências existentes entre a quantidade de ações apresentadas pela contabilidade e as constantes do estatuto social, assim como a não aplicação dos CPC's 01, 12 e 27.

São Luís (MA), 10 de fevereiro de 2012.

Chronus Auditores Independentes S/S CRC – PE – 000.681/0 – 5 "S" – MA

Rosivam Pereira Diniz

Contadora - CRC - PE - 014050/0 - 0 - "S" - MA

George Claudio Martins Rodrigues

Contador – CRC – PE – 016212/O-3 - "S" - MA

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em reais, exceto quando indicado de outra forma

		2011	2010
Ativo			Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 3)	37.818.267	48.102.782
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(Nota 4)	1.231.081	2.376.295
Devedores por convênios	(Nota 5)	5.636.039	4.351.940
Estoques		32.921	41.078
Tributos e contribuições		-	226
Adiantamentos concedidos a empregados		486.974	677.480
Depósitos judiciais	(Nota 13)	37.422	34.522
		45.242.704	55.584.323
Não circulante			
Adiantamentos de parcelamentos -	(Nota 6)	-	3.274.052
Empréstimos compulsórios		120.923	109.024
Depósitos judiciais	(Nota 13)	411.431	379.391
Outros ativos		149.777	149.777
Investimentos	(Nota 7)	313.504	313.504
Imobilizado	(Nota 8)	163.159.602	162.981.295
		164.155.237	167.207.043
Total do Ativo		209.397.941	222.791.366
Passivo e patrimônio líquido Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	(Nota 9)	3.049.107	1.726.644
Devedores por convênios	(Nota 5)	-	4.351.940
Transferências da União	(Nota 10)	20.573.683	28.121.699
Obrigações fiscais, retenções e contribuições	(Nota 11)	1.116.679	691.480
Obrigações sociais	(Nota 12)	626.852	1.025.084
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	(Nota 13)	2.203.414	2.018.827
Parcelamento de dívidas	(Nota 14)	367.924	457.241
Outros valores a pagar		466.302	363.717
		28.403.861	38.756.632
Não circulante			
Parcelamento de dívidas	(Nota 14)	2.807.771	2.782.425
Patrimônio líquido			
Capital social	(Nota 15)	191.792.175	191.792.175
Reservas de incentivos fiscais	,	239.011	239.011
Prejuízos acumulados		(13.844.877)	(10.778.877)
·		178.186.309	181.252.309
Total do passivo e do patrimônio líquido		209.397.941	222.791.366
20m. 20 passivo e do paramonio iiquido		207.0271271	222.771.500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro Em reais, exceto quando indicado de outra forma

		2011	2010
		-	Reclassificada
Operações	OI (16)	27,002,267	24 100 020
Receita Líquida	(Nota 16)	37.982.367	24.199.038
Custo dos serviços prestados		(478.698)	(346.434)
Lucro bruto		37.503.669	23.852.604
Despesas Tributárias		(127.123)	(177.174)
Despesas administrativas	(Nota 17)	(42.113.157)	(29.127.534)
Lucro operacional		(4.736.611)	(5.452.105)
Receitas financeiras	(Nota 18)	1.916.607	1.592.865
Despesas financeiras		(245.997)	(46.962)
Resultado financeiro líquido		1.670.610	1.545.903
Prejuízo líquido do exercício		(3.066.001)	(3.906.202)
Prejuízo Líquido por ação do capital social no fim do exercício R\$		(0,00032)	(0,00040)

As notas explicativas administrativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em reais, exceto quando indicado de outra forma

		Crédito para	Reservas de			
	Capital	Aumento	Incentivos	Prejuízos		
	social	de Capital	fiscais	acumulados		Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010	191.792.175	82.177	239.011	(164.393.335)		27.720.028
Créditos recebidos Porto de Estrela	-	(82.177)	-	-		(82.177)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	157.520.661	(a)	157.520.661
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.906.202)		(3.906.202)
					•	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	191.792.175	-	239.011	(10.778.876)		181.252.310
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.066.001)		(3.066.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	191.792.175		239.011	(13.844.877)		178.186.309

⁽a) Reintegração contábil do imobilizado em poder de terceiros determinado pela Controladoria Geral da União – CGU, conforme determinação relatório nº 243890.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa — Método Indireto Exercícios findos em 31 de Dezembro Em reais, exceto quando indicado de outra forma

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		Reclassificado
Prejuízo do Exercício	(3.066.001)	(3.906.202)
	(3.000.001)	(3.900.202)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
-	24 154	41 021
Depreciação e amortização	34.154	41.021
Ajustes de exercícios anteriores Constituição (reversão) da PCLD	5.046.625	157.520.661
	5.946.625	
Constituição (reversão) da provisão para contingências	184.587	(11.244)
	3.099.365	153.644.236
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e recebíveis de convênios	(2.811.458)	(480.868)
Estoques	8.156	201
Impostos a recuperar	226	6.083.977
Adiantamentos concedidos	190.507	(800.523)
Depósitos judiciais	(34.940)	(69.698)
Empréstimos Compulsórios	(11.899)	(10.067)
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores e demais contas a pagar de convênios	(3.029.477)	99.124
Impostos, taxas e contribuições	425.199	474.049
Salários e obrigações sociais	(310.424)	452.716
Provisões	(87.808)	(77.261)
Parcelamentos de dívidas	(63.971)	(338.758)
Outros passivos	102.587	12.050
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	(2.523.937)	158.989.178
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(212.462)	(137.476)
Reintegração contábil de imobilizado em poder de terceiros		(162.502.436)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(212.462)	(162.639.912)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos vindos da união	(7.548.116)	9.456.618
Adiantamentos para aumento de capital	-	(82.177)
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	(7.548.116)	9.374.441
Cara nquido oriandos das (asado has) atrivadades de infanciamentos	(7.5-10.110)	7,574,441
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(10.284.515)	5.723.707
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.102.782	42.379.075
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.818.267	48.102.782

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro 2011 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

1.1 – A Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sede e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, e prazo de duração indeterminado. A CODOMAR tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, administração, manutenção e melhoria das vias navegáveis e portos fluviais e lacustres, por delegação do Governo Federal, mediante a assinatura de Convênio ou outro instrumento que o substitua. Para atender seu objeto social a Companhia assinou o Convênio de Apoio Técnico e Administrativo para Gestão das Hidrovias e Portos Interiores Nacionais Nº 007/08 –DAQ/ DNIT com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, para administração das Hidrovias:

- ✓ do Nordeste (AHINOR) situada na cidade de São Luís MA;
- ✓ da Amazônia Ocidental (AHIMOC) situada na cidade de Manaus AM;
- ✓ da Amazônia Oriental (AHIMOR) situada na cidade de Belém PA;
- ✓ do São Francisco (AHSFRA) situada na cidade de Pirapora MG;
- ✓ do Paraguai (AHIPAR) situada na cidade de Corumbá MS;
- ✓ do Paraná (AHRANA) situada na cidade de São Paulo SP;
- ✓ do Sul (AHSUL) situada na cidade de Porto Alegre RS;
- ✓ do Tocantins e Araguaia (AHITAR) situada na cidade de Palmas TO; e
- ✓ do Porto fluvial de Estrela situada na cidade de Estrela RS.

1.2 – Em 30 de outubro de 2000, foi assinado o Convênio de Delegação Nº 016/2000, entre a União por intermédio do Ministério dos Transportes, com a interveniência da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR e o Estado do Maranhão, com a interveniência da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, para administração e exploração do Porto de Itaqui, do cais de São José do Ribamar e dos terminais de Ferry-Boats da Ponta da Espera e do COJUPE.

Dentre as diversas cláusulas do referido Convênio cabe destacar:

- Prazo de concessão de vinte e cinco anos, prorrogável na forma da Lei Nº 9.277, de 10 de maio de 1996.
- Vigência do Convênio a partir de 01 de fevereiro de 2001.
- Os bens integrantes do patrimônio da CODOMAR foram cedidos a EMAP, através de Termo de Cessão de Bens.
- Os bens adquiridos durante a vigência do Convênio para exploração do Porto de Itaqui e demais áreas delegadas, ficarão afetos ao patrimônio da EMAP e, também, reverterão a União, ao término do Convênio, independentemente de indenização.
- Assunção pela EMAP, a partir da data de vigência do Convênio, dos contratos individuais de trabalho dos empregados da CODOMAR, contribuições para o PORTUS – Instituto de Seguridade Social, assim como os encargos decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

Como consequência do acima exposto, a CODOMAR deixou de exercer a atividade de administração e exploração do Porto de Itaqui

1.3 - A partir de 2005 foram celebrados entre o DNIT e a CODOMAR convênios de apoio técnico e financeiro com a finalidade de realização de obras e serviços para implantação de terminais hidroviários localizados no Estado do Amazonas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis criticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Outra parte do contas a receber registra a posição por convênio dos ressarcimentos das despesas correntes e de capital. A Companhia registra em seus ativos e passivos os direitos e obrigações que se encontram registrados nas hidrovias e portos por ela administrados.

2.5. Provisão para Perdas com Créditos

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. Os bens vinculados a atividade principal da companhia estão em poder de terceiros e foram cedidos para a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP conforme Convênio de Delegação Nº 016/2000 citado na Nota Explicativa 1.2. No imobilizado cedido foi incluído obras em andamento mantido contabilmente inalterado desde a época da assinatura do referido convênio.

2.7. Passivo Circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.8. Transferências da União

Estão demonstrados pelos valores recebidos através dos convênios firmados e que se convertem em receitas de repasses de convênios (transferências econômicas da União) incorridas até a data do balanço.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.10. Capital Social

As cotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia, dos arrendamentos e aluguéis de bens imóveis e principalmente, e das transferências econômicas recebidas da União por força dos convênios firmados para administração das hidrovias. A receita está apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%.

Os encargos de Programa Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir:

- Programa Integração Social PIS: alíquota de 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: alíquota de 7,60%.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	708	_
Depósitos bancários em conta corrente	569.392	1.332.598
Aplicações financeiras	37.248.167	46.770.184
	37.818.267	48.102.782

As aplicações financeiras registradas como equivalente de caixa estão representadas por recursos aplicados em CDI e podem ser assim detalhadas:

2011	2010
18.182.934	19.353.278
4.962.476	11.539.259
14.102.757	15.877.647
37.248.167	46.770.184
	18.182.934 4.962.476 14.102.757

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	2011	2010
Contas a receber de serviços portuários	2.191.451	1.605.433
AHIMOC/INSS/PAT	400.465	297.094
AHINOR/INSS/PAT	359.583	266.765
Glosas Hidrovias - Convênios nº 007/2007	178.699	-
Duplicatas a receber AHINOR x CODOMAR	211.619	159.182
Outras contas a receber	45.396	47.821
(-) PCLD	(2.156.132)	-
	1.231.081	2.376.295

5. Devedores por Convênios

Ativo		Passi	vo
2011	2010	2011	2010
1.586.639	2.221.527	-	2.221.527
1.192.611	2.130.413	_	2.130.413
2.779.250	4.351.940	<u> </u>	4.351.940
382.291	-		-
412.548	-	- -	-
889.135	-	_	-
723.265	-	-	-
181.912	-	-	-
267.638			
2.856.789	-		-
5.636.039	4.351.940	-	4.351.940
	2011 1.586.639 1.192.611 2.779.250 382.291 412.548 889.135 723.265 181.912 267.638 2.856.789	2011 2010 1.586.639 2.221.527 1.192.611 2.130.413 2.779.250 4.351.940 382.291 - 412.548 - 889.135 - 723.265 - 181.912 - 267.638 - 2.856.789 -	2011 2010 1.586.639 2.221.527 1.192.611 2.130.413 2.779.250 4.351.940 382.291 - 412.548 - 889.135 - 723.265 - 181.912 - 267.638 2.856.789 -

6. Adiantamentos de parcelamentos

	2011	2010
Parcelamento INSS – Porto de Manaus	3.790.493	3.274.052
(-) PCLD	(3.790.493)	-
		3.274.052

Valores oriundos de parcelamento de dívida de INSS do Porto de Manaus que vem sendo cobrado e pago pela CODOMAR. A Companhia, por meio do Acórdão nº 567/2004 solicita a definição da responsabilidade da dívida ao Governo do Estado do Amazonas e a Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas, bem como o ressarcimento dos valores já pagos indevidamente e a transferência dos valores vincendos.

Por conservadorismo, a Companhia realizou neste exercício provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante igual ao valor pago.

7. Investimentos

2011	2010
55.293	55.293
18.897	18.897
74.190	74.190
303	303
97.198	97.198
141.813	141.813
239.314	239.314
313.504	313.504
	55.293 18.897 74.190 303 97.198 141.813 239.314

8. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

			2011	2010	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Taxa Média %
Imobilizado técnico					
Bens Móveis					
Mobiliário em Geral	48.631	(22.933)	25.698	27.108	10
Veículos	345.100	(80.533)	264.567	111.530	20
Maquinas Motores e Aparelhos	138.315	(55.103)	83.212	84.619	10
Dragas	17.234	(17.234)	-	-	10
Hardware	283.467	(97.746)	185.722	184.542	20
Software	30.380	-	30.380	4.100	-
Outros Materiais	30.552	-	30.552	29.909	-
Bens Imóveis					
Construção/ Benfeitorias	391	(331)	60	76	4
Obras	36.975	-	36.975	36.975	-
	931.045	(273.880)	657.166	478.858	
Imobilizado em poder de terceiros					
Bens Móveis de Investimentos	13.274.506	(6.741.029)	6.533.477	6.533.477	10
Bens Imóveis de Investimentos	178.255.818	(32.724.840)	145.530.977	145.530.977	10
Imobilizado em curso	10.437.982	-	10.437.982	10.437.982	-
	201.968.306	(39.465.870)	162.502.436	162.502.436	
	202.899.352	(39.739.750)	163.159.602	162.981.295	

9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar da Companhia e das demais hidrovias por ela administradas estavam assim dispostos nas datas de encerramento de balanço:

	2011	2010
CODOMAR	285.971	177.163
AHSFRA	1.603.600	6.294
AHIMOC	122.045	704.462
AHINOR	100.883	162.085
AHIMOR	16.534	102.977
AHIPAR	134.115	97.396
AHITAR	136.413	41.165
AHRANA	529.026	253.975
AHSUL	120.520	181.126
	3.049.107	1.726.643

Os principais fornecedores nos anos de 2011 e 2010 foram os seguintes:

✓ Ano de 2011

✓ Ano de 2011 Fornecedor			2011	
Unimed São Luís			28.220	
Atrium Serviço de Vigilância			30.632	
Fausto Souza Engenharia Ltda			1.518.535	
TBI Segurança Ltda			26.024	
Empresa Nacional de Serviços Ltda			490.114	
Arki Assessoria e Serviços Ltda			89.061	
Principais fornecedores			2.182.586	
Demais fornecedores não citados			866.521	
Total de fornecedores		_	3.049.107	
✓ Ano de 2010				
Fornecedor			2010	
C. Mendes da Silva			277.056	
C.P. Guimarães			8.382	
Petecon			225.231	
Servengloc Serviços e Locações Ltda			131.687	
Pacheco e Oliveira Ltda			147.191	
ABS Construção e Montagem Ltda			45.614	
Falcon Vigilância e Segurança Ltda			54.542	
FM de Souza Comércio e Serviço Ltda			29.333	
Luger Vigilância Ltda			20.247	
Luger Serviços Ltda			69.771	
Empresa Nacional de Serviços Ltda			156.630	
Pruden-Art Metalúrgica Ltda			45.755	
Topázio Adm. Bens e Assessoria Ltda			24.716	
Arki Assessoria e Serviços Ltda			63.548	
Mecamidi Wirz Ind. E Com. De Equipto			25.260	
Principais fornecedores			1.324.963	
Demais fornecedores não citados			401.680	
Total de fornecedores			1.726.643	
10. Transferências da União				
	2011		2010	_
Depto. Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	20.548.765	(a)	28.096.881	(a)
Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRAS	24.818		24.818	
	20.573.583		28.121.699	-

⁽a) Referem-se às operações de transferências de recursos pelo DNIT registradas como receitas visando à operacionalização dos convênios firmados e seus aditivos entre a Companhia e aquele órgão.

11. Obrigações fiscais, retenções e contribuições

	2011	2010
COFINS	9.868	6.795
Contribuição sindical	467	341
Contribuição social	2.103	17.081
Imposto de renda retido na fonte	107.776	79.372
INSS	313.154	115.239
ISS	190.913	345.884
Pensão Alimentícia	275	-
Pis	2.140	1.474
Portus	67.480	51.191
Retenções da Lei 9430/96	320.261	70.101
Sinbraport	322	-
Sindicato da Administração Portuária	95.609	3.984
Sindicato Enf. Administrativo do Porto	5.517	-
Outras contribuições	794	18
	1.116.679	691.480

12. Obrigações sociais

	2011	2010
Salários	22.566	187.658
INSS	85.357	143.296
FGTS	220.792	246.163
Portus	-	62.020
Provisão de férias	298.137	385.947
	626.852	1.025.084

13. Provisões para contingências trabalhistas e cíveis

		2011			2010	
Descrição	Contigências	Dep. Judiciais	Líquido	Contigências	Dep. Judiciais	Líquido
Ações Trabalhistas						
CODOMAR (ações diversas)	477.508	(353.171)	124.337	292.921	(321.130)	-28.209
AHIMOC (ações diversas)	293.624	(92.785)	200.839	293.624	(92.912)	200.712
AHINOR (Plano Bresser)	602.445	(2.900)	599.545	602.445		602.445
	1.373.577	(448.856)	924.721	1.188.990	(414.042)	774.948
Ações Cíveis						
CODOMAR (Pedreiras Transportes do Maranhão)	829.837	-	829.837	829.837	-	829.837
	2.203.414	(448.856)	1.754.558	2.018.827	(414.042)	1.604.785

14. Parcelamentos de Dívidas

	Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
<u>INSS/PAT</u>				
CODOMAR	159.174	252.121	-	147.070
AHIMOC	-	-	400.465	112.117
AHINOR	-	-	359.583	266.765
<u>PORTUS</u>				
CODOMAR	208.750	205.120	2.047.723	2.256.473
	367.924	457.241	2.807.771	2.782.425

15. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	Ações	%
União (Governo Federal)	9.654.834.834	99,97%
Estado do Maranhão	2.600.317	0,03%
Washington de Oliveira Viegas	758	0,00%
Benedito Salim Duailibe	758	0,00%
Bento Moreira Lima Neto	756	0,00%
	9.657.437.423	100,00%
16. Receita líquida	2011	2010
Receitas de operações portuárias	427.718	346.157
Receitas de convênios	36.897.160	23.242.556
Receitas de aluguéis e arrendamentos	502.803	440.468
Receitas eventuais	244.677	245.644
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(89.991)	(75.787)
	37.982.367	24.199.038
17. Despesa administrativa		
	2011	2010
Pessoal e administradores	5.079.726	5.057.703
Material de consumo	1.974.370	2.297.507
Serviços de terceiros	28.840.997	20.827.117
Provisões (reversões)	6.608.493	467.622
Outras despesas (receitas)	(390.429)	477.585
-	42.113.157	29.127.534

18. Receitas financeiras

	2011	2010	
Rendimento de aplicação financeira			
CODOMAR	2.249.573	2.142.979	
AHINOR	-	1.586	
AHITAR	-	8.744	
AHSUL	-	7.387	
ESTRELA	4.526	16.542	
Juros ativos	8.110	7.114	
Descontos obtidos	3	-	
IRRF sobre aplicações financeiras	(345.605)	(591.487)	
	1.916.607	1.592.865	

19. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

20. Eventos subseqüentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

São Luis (MA), 10 de fevereiro de 2012.

Washington de Oliveira Viégas Diretor Presidente CPF 001.379.603-87 Jorge Luiz Caetano Lopes Diretor Financeiro CPF 184.985.311-87 Silvio Romano Benjamin Júnior Diretor Técnico CPF 233.990.902-34

Geraldo Istalin Bouéres Técnico em Contabilidade CRC/MA 1534 CPF 025.448.493-04